



A EXPERIÊNCIA DA “ABEPSS ITINERANTE”: A ATUALIDADE DO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE À CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO

THE “ABEPSS ITINERANT” EXPERIENCE: THE ACTUALITY
OF PROFESSIONAL FORMATION PROJECT FACING
THE COUNTER-REFORMATION OF EDUCATION

Maria Helena Elpidio Abreu¹

RESUMO

O artigo se apresenta como parte da sistematização do Projeto intitulado *ABEPSS Itinerante*, implementado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Baseia-se na experiência como docente e da análise de elementos avaliativos organizados nos relatórios regionais da Entidade. Assim, trata-se de uma expressão ou apreensão parcial da magnitude do que representou a elaboração, a materialização e os desdobramentos do projeto nas suas dimensões política e pedagógica. Buscou-se articular os pressupostos teóricos que norteiam a análise da realidade e o projeto de formação profissional do Serviço Social no contexto da contrarreforma do ensino superior, de modo a salientar os objetivos, as possibilidades e os desafios levantados com a materialização da “*Abepss Itinerante*”. Interessa-nos realçar a experiência como estratégia na defesa da Formação Profissional consubstanciada nas Diretrizes Curriculares.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares. Projeto ABEPSS Itinerante. Contrarreforma do ensino.

¹ Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Educação (UFES) e Doutoranda em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora Nacional de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS – Gestão 2011-2012). E-mail: lenaeabreu@gmail.com

ABSTRACT

The article is presented as part of the systematization of the project entitled ABEPSS Itinerant, implemented by the Brazilian Association of Education and Research in Social Service (ABEPSS). It starts from teaching experience and from analysis of evaluative elements organized in Entity regional reports. It is an expression or partial seizure of the magnitude of preparation, materialization and project developments in its political and pedagogical dimensions. It aims to articulate theoretical assumptions that guide the analysis of reality and professional formation project of Social Service in the context of counter-reformation of higher education, in such a way to highlight the objectives, opportunities and challenges raised by the materialization of ABEPSS Itinerant. We are interested in enhancing the experience as a strategy to defend embodied professional formation in Curricular Guidelines.

Keywords: Social Service. Professional Formation. Curricular Guidelines. ABEPSS Itinerant Project. Counter-reformation of education.

Submetido em 31/03/2013

Aceito em 09/06/2013

INTRODUÇÃO

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
(Gonzaguinha)

A proposta do texto é desafiadora em si, ao propor a sistematização do Projeto intitulado ABEPSS Itinerante, implementado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão “Reafirmar conquistas e permanecer na luta” (2011-2012). Desde já, é importante salientar que se trata de uma expressão ou apreensão parcial da magnitude do que representou a elaboração, a materialização e os desdobramentos do Projeto nas suas dimensões política e pedagógica – tanto para a Entidade como para o conjunto da categoria envolvida, individual e coletivamente. Assim, fica o reconhecimento da contribuição valorosa de “tanta gente que a gente encontra [...] onde quer que a gente vá” e a certeza de que “nunca está sozinho por mais que pense estar”. Com essas palavras de Gonzaguinha, peço então licença a *toda essa gente*, para trazer um pouco dessa experiência coletiva,

sem a pretensão de expressar todo o seu significado, descobertas e aprendizados construídos coletivamente na profissão.

Considero essa tarefa, de fato, difícil, por vários motivos, que precisam ser explicitados como desafios. Por isso, busca-se, já nesta introdução, explicitar a articulação entre os pressupostos teóricos que norteiam a análise da realidade e o projeto de formação profissional do Serviço Social, de modo a iluminar a análise acerca dos objetivos, possibilidades e desafios levantados com a materialização deste projeto. Esse movimento é fundamental também para permitir uma avaliação dos acertos, mas, sobretudo, que se tenha espaço para a crítica que possibilite o movimento na direção da superação dos entraves postos na trama complexa das relações sociais, como nos adverte Iamamoto (2007).

O primeiro dos desafios se aplica ao fato de que, como sujeito histórico, inserido em uma fase do capitalismo extremamente densa, a classe trabalhadora, fragmentada pelas transformações sociais em curso nesta longa crise de produção capitalista na era das finanças, tem as lutas políticas coletivas sucessivamente substituídas por ações sociais em torno de consensos que engendram uma sociabilidade cada vez mais capturada e alienada pela forma destrutiva do capital. Assimila-se o plano da aparência, do real, que coloca esse modelo de produção como movimento único e irrefutável da sociedade (MOTA, 1995; NETTO, 1996). Daí, o trabalho, a formação profissional e as organizações políticas da categoria inserem-se na totalidade concreta frente às contradições do tempo presente, que, certamente, trazem em seu bojo novas requisições, que exigem da profissão como um todo movimentos de uma *vigília crítica* constante frente à naturalização da *Questão Social* (IAMAMOTO, 2007).

Como desdobramento desse contexto, o campo das políticas sociais é atravessado por um conjunto de respostas à crise recessiva e concentra esforços na reconfiguração do Estado neoliberal para a manutenção da classe dominante e obtenção de superlucros para o capital (BEHRING, 2010; 2012; HARVEY, 2008). É a contrarreforma do Estado ampliando os seus tentáculos por meio da combinação entre privatização e desregulamentação de direitos sociais universais, destinando o fundo público para

aplar os efeitos da crise e escamotear a doença crônica do capitalismo (BEHRING, 2010; 2012) e a contradição a ele inerente, na qual crescimento e degeneração são fases intransponíveis do mesmo processo (HARVEY, 2011).

Nessa dinâmica, a contrarreforma do ensino superior no Brasil constitui-se certamente como questão central para a profissão, já que, em função do avassalador crescimento mercantil das vagas em cursos privados e na modalidade a distância, pode-se redefinir no curto prazo o perfil profissional, pronto a atender acriticamente as demandas imediatas do capital, formando um exército social de reserva (IAMAMOTO, 2007). Assim, a tarefa de defender o projeto de formação profissional construído e explicitado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 tem sido tarefa considerada inadiável para o Serviço Social, pois desta impescinde, também, a reafirmação e o enraizamento do projeto ético-político, que tem como um dos seus componentes centrais a formação profissional.

Como parte do rol das dificuldades e limites possíveis desse texto, não posso deixar de registrar o acúmulo crítico e o esforço de gerações profissionais que expressam o caráter de construção coletiva e militância do Serviço Social brasileiro, que formam o legado crítico da profissão nos últimos 30 anos de intenção de ruptura da categoria com o conservadorismo. A dificuldade em incorporar toda essa historicidade e seus múltiplos sujeitos em poucas páginas é certamente um risco. Mas, também é um alento, já que essa história de muitas páginas e capítulos forjados e escritos por essa profissão, em especial na trajetória da ABEPSS, serviram de esteio à experiência da ABEPSS Itinerante e permanece em aberto.

Hoje, pensar na hegemonia desse legado crítico remete à necessidade de reafirmação coletiva do projeto ético-político e suas implicações no campo das disputas teórico-políticas frente ao neoconservadorismo profissional dentro e fora dos espaços de formação (NETTO, 2007). É nas entranhas destruidoras do capitalismo liberal e em suas formas atuais de enraizamento que se alimentam as tendências retrógradas e de subalternidade da profissão, expressas por meio de novas prerrogativas e exigências do mercado ao serviço social. Muitas dessas requisições

estão presentes no contexto das políticas do novo desenvolvimento, nas quais a ampliação do consumo (de bens e serviços de mercado) é travestida como democratização de acesso (direitos universais e públicos) (CASTELO, 2012; GONÇALVES, 2012).

Portanto, vale registrar que, no contexto adverso ao avanço das conquistas emancipatórias, a socialização e a reflexão possibilitada pela realização da *Abepss Itinerante* soma-se ao conjunto das estratégias em defesa do projeto de formação profissional preconizado nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e da defesa da educação como um direito no horizonte das políticas públicas brasileiras.

Desse modo, o texto será desenvolvido em três blocos articulados. No primeiro, apresento em linhas gerais a motivação para o Projeto *Abepss Itinerante*, que foi elaborado pela comissão formada por membros da direção nacional e regionais da Entidade e seus objetivos.

A segunda sessão trata do processo de organização e conteúdos para a materialização da proposta com a execução do projeto nos 06 (seis) regionais da ABEPSS, além de trazer as características gerais das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) participantes, perfil dos profissionais e expectativas em relação ao projeto. E, por fim, algumas indicações possíveis nessa experiência, no campo da formação continuada de profissionais e na organização política do serviço social, seus limites e potencialidades, que se revelou, nos dizeres de um dos cursistas, como um “momento importante de suspensão do cotidiano, onde se pode pensar a formação profissional de maneira intensa e densa”.

O PROJETO ABEPSS ITINERANTE: MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS².

Situar a proposta de organização da *Abepss Itinerante* no fluxo das transformações societárias e seus rebatimentos no

² Para a elaboração e coordenação do Projeto, no âmbito da direção da ABEPSS, durante a reunião ampliada em março de 2011, o Grupo de Trabalho foi estruturado, com a seguinte composição: Executiva Nacional: Maria Helena Elpidio Abreu, Cláudia Monica dos Santos, Carina Medeiros e Giselle Souza; Marina Monteiro de Castro e Castro e Ana Paula Mauriel - Regional Leste; Maria Regina de Ávila Moreira - Regional Nordeste; Olegna Guedes - Regional Sul I;

campo da Formação Profissional remete-nos a mediações entre a Formação e o contexto de crise do capital que tangencia elementos da vida social, tendo como eixo central de análise a categoria *Trabalho* e, ao mesmo tempo, mantendo-o como elemento estruturador no conjunto das relações sociais, tendo em vista a compreensão e análise da produção e da reprodução da vida social, conforme a tradição marxiana (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995). Reafirma-se também a direção social defendida e aprovada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que estabelece a relação entre Trabalho e Questão Social como eixos fundantes do projeto de formação (ABESS, 1997).

Desde o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo nos anos 80, a profissão inserida na divisão social do trabalho vem sendo concebida como especialização e estatuto profissional, sendo parte constitutiva e constituinte das relações sociais capitalistas, atuando nas diferentes expressões da questão social. As feições que conformam a historicidade da profissão no Brasil, no que se refere ao trabalho profissional, nos reporta, ainda, à condição de assalariamento dos assistentes sociais como traço da inserção da profissão nos espaços ocupacionais (condição de classe), com a presença majoritária dos profissionais com vínculos empregatícios no Estado, geralmente voltados para o desenvolvimento das políticas públicas e sociais no contexto da luta de classes (IAMAMOTO, 2007; 2009).

Desse modo, as produções sobre a profissão buscam apreender os elementos das transformações no mundo do trabalho em curso e evidenciam como estas incidem duplamente no fazer profissional, do ponto de vista dos usuários, com o agravamento da questão social e as demandas crescentes por políticas públicas e com a precarização das condições de trabalho e da formação. Ambos os fatores são gerados no conjunto da totalidade concreta, oriundos da gestão flexível do trabalho e do modelo neoliberal presentes no contexto atual para a manutenção capitalista. Daí, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, o

Adrianyce Angélica S. de Sousa - Regional Centro-oeste; Lúcia Rosa - Regional Norte; Francisca Rodrigues de Oliveira Pinni - Regional Sul II e Maurílio Castro e Marylúcia Mesquita - CFESS

projeto de Formação Profissional aponta para o investimento no processo de maturação intelectual e política da categoria, com o fortalecimento da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa (SANTOS, 2010).

Reconhecendo o avanço da profissão como legado do processo de ruptura, vale reconhecer que a sua posição hegemônica no campo crítico, que sustenta a direção do projeto ético-político da profissão, não retira as tendências profissionais ligadas ao conservadorismo. Tais tendências neoconservadoras encontram na quadra histórica dos anos 2000 a despolíticação da questão social, com as políticas voltadas aos ajustes fiscais e cambiais como tática e, como estratégia, a ilusão de superação da pobreza sem tocar nas suas causas estruturais. Tem-se, então, os argumentos e os espaços oportunos para a ampliação do neoconservadorismo, dentro e fora da categoria profissional, o que poderá representar o retrocesso do avanço crítico na profissão (IAMAMOTO, 2007; MOTA, 2012; NETTO, 2005).

Ademais, o projeto de formação, tão logo aprovado em 1996, sofreu diretamente com a implementação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na década subsequente, associada ao processo de dinamização das políticas neoliberais no Brasil. A aprovação das Diretrizes Curriculares do MEC, em 2001, que orientam os cursos superiores, dentre eles, o de Serviço Social, já anunciavam a visão reducionista e pragmática dos organismos internacionais presentes na política de ensino superior que se efetivará a partir deste período (ABEPSS, 2007).

Sabemos dos efeitos deletérios, desdobramentos e impactos do modo de acumulação capitalista nessa quadra histórica. São inúmeras e densas as obras de autores do campo marxista como Chesnais (1996; 2011), Harvey (2011), Meszáros (2008; 2009), dentre outros, que apontam a direção imperiosa do capital diante de mais uma crise que se mostra

endêmica, cumulativa, crônica e permanente” e, por isso, procura constantemente um expansionismo como “busca crescente e desmedida de mais valor, destrutivo na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema de capital torna-se, no limite, incontrolável (MESZÁROS, 2009, p. 11).

Nos limites deste artigo, vale evidenciar que, no contexto atual, a educação evidencia-se como fator preponderante para a efetivação do capital, para a ampliação do processo de superexploração do trabalho, promovida pela reestruturação produtiva, que visa transformar mais ágeis e intensivos os processos de produção, circulação e consumo de mercadorias (MESZÁROS, 2008).

Nesse contexto, a educação configura-se como potencial estratégia de manutenção da hegemonia do capital, frente à crise de acumulação. As medidas em relação a ela como política e como um direito social são cada vez mais regressivas, com a oferta de uma educação minimalista para aumentar timidamente os salários e dinamizar o mercado de consumo. Traços da mercantilização estão presentes em todos os níveis educacionais, em especial, no ensino superior (PEREIRA; ALMEIDA, 2012).

As denúncias desse modelo mercantil e privatizante e seus rebatimentos na formação dos assistentes sociais nas modalidades presencial e a distância têm sido amplamente colocadas em todas as instâncias de debate e produções promovidas pela categoria. A maior expressão desses debates são a Campanha realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), denominada “Educação não é fast-food”, que contou com o apoio do ANDES e várias entidades de defesa da educação como direito. O alarmante quadro de crescimento de cursos pode ser observado a seguir:

Tabela 1 – Criação de cursos presenciais de Serviço Social no Brasil 1940-2010

Criação de cursos presenciais de Serviço Social no Brasil 1940-2010		
PERÍODO/intervalo	NÚMERO DE CURSOS CRIADOS (Nº aproximado)	TOTAL
1930 A 1945 (15 anos)	14	14
1946 A 1963 (17 anos)	20	34
1964 A 1985 (21 anos)	32	66
1986 A 1998 (12 anos)	13	89
1999 A 2001 (02 anos)	22	111
2002 A 2010 (08 anos)	227	338

Fonte: Santos e Abreu (2011).

Para Santos e Abreu (2011), os dados da tabela revelam que houve uma proliferação da oferta de vagas no Governo Lula (2003 a 2010), o que reafirma a perspectiva de quantidade em detrimento da qualidade na formação. Nesse cenário, há uma crescente preocupação com a prioridade do governo na oferta de cursos de serviço social a distância. O chamado EaD, em 2007, correspondia apenas a 06 cursos no Brasil, responsável por aproximadamente 9.760 vagas no serviço social, segundo Iamamoto (2007). Hoje, esse quantitativo chega a 12 unidades de ensino autorizadas a ofertar esses cursos, distribuídos em aproximadamente 1.938 polos, podendo ofertar cerca de 64.000 vagas, conforme dados do e-MEC, de agosto de 2012. Vale dizer que o Serviço Social é o terceiro maior curso em oferta de vagas dessa modalidade de ensino extremamente precarizada e incompatível com o projeto de formação profissional, como se comprova com os dossiês de fiscalização dos CRESS oferecidos como denúncia ao Ministério Público (ABEPSS; CFESS; ENESSO, 2010). Santos e Abreu (2011) apontam ainda que

O governo Lula através do discurso de democratização do acesso ao ensino superior, reforça claramente a lógica neoliberal da educação como mercadoria, afastando a dimensão do direito à universidade pública, tendo em vista a ampliação da formação tecnológica, voltada ao atendimento imediato das demandas no mercado de trabalho e elevação da formação instrumental como forma de chegar ao emprego – que vem ao encontro das necessidades de número significativo da população brasileira. Desse modo, estimula e incentiva a expansão do ensino superior privado, ligeiro presencial ou à distância de forma descontrolada e sem critérios, da mesma forma, amplia-se o ensino superior público precário, através do REUNI e EaD, acelerando os impactos da reforma, já em andamento no governo FHC. (SANTOS; ABREU, 2011, p. 113).

Os dados mais recentes indicam que essa política continua em curso no governo Dilma Rousseff, quando as autorizações para funcionamento já chegam a 567 cursos aprovados pelo MEC (embora nem todos estejam em funcionamento).

Tabela 2 – Cursos de Serviço Social autorizados pelo MEC e em atividade: presenciais e a distância, públicos e privados.

Total dos Regionais	Presenciais		À distância		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
Sul I	12	51	00	27	90
Sul II	3	62	00	21	86
Leste	11	74	00	31	116
Centro – Oeste	3	14	00	26	43
Norte	05	28	00	48	81
Nordeste	15	59	00	77	151
Total	49	288	00	230	567

Fonte: <emec. mec.gov.br>. Dados coletados em Junho de 2012.³

Cabe mencionar que todas as questões até aqui arroladas foram alvo de debates no decorrer das discussões nas 14 turmas do ABEPSS Itinerante. Esse cenário é, portanto, pano de fundo para a materialização das Diretrizes Curriculares (DC) no contexto atual das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) e influenciam, certamente, no seu processo de efetivação.

Além da necessidade de afirmação da direção do projeto profissional mediante a este quadro sombrio do quantitativo dos cursos e vagas no serviço social, somaram-se, como justificativa para a elaboração do ABEPSS Itinerante, conforme documento da ABEPSS (2012):

- A demanda apresentada nas pesquisas realizadas pela entidade iniciadas em 2006 e concluídas em 2008, apontando para a necessidade de aprofundamento de processos de fortalecimento da implantação das DC nas UFA de modo a superar lacunas ainda presentes em relação à nova lógica curricular e aos conteúdos propostos em 1996.
- A necessidade de envolver o grande contingente de novos docentes e profissionais no debate sobre a Formação Profissional, já que, em sua maioria não acompanharam a discussão e aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.
- Aproximação da ABEPSS de suas bases (as UFA), a partir da discussão das Diretrizes Curriculares. O Projeto buscou discutir a adequação dos Currículos, bem como agregar novos sujeitos de

³ Dados coletados pelas bolsistas de Serviço Social da UFJF/ABEPSS, cedidos pela Prof^a Cláudia Mônica dos Santos.

forma orgânica à ABEPSS, de modo a fomentar novas filiações. Além do debate em torno do fortalecimento dos colegiados dos cursos de Serviço Social em defesa de um projeto profissional crítico frente às ondas conservadoras e de desqualificação da formação e exercício da profissão.

- O Plano de Lutas em defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, reunindo as três entidades do Serviço Social: ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, que tem com objetivo engendrar uma grande movimentação nacional do serviço social em defesa da qualificação do trabalho e formação profissional. Adensa-se ao Plano de Lutas, a Política de Educação Permanente, aprovada no 40º Encontro nacional do CFESS/CRESS e lançada em 2012, com a posição da ABEPSS acerca do tema, o que certamente coloca o Projeto como instrumento a contribuir com os CRESS na implementação dessa tarefa. Nesse sentido, o Projeto também reforça a articulação entre as entidades da categoria, uma vez que o CFESS se consolidou, juntamente com muitos CRESS, como apoio efetivo para o desenvolvimento e sustentação político-financeira do ABEPSS Itinerante.

Outros elementos primordiais avaliados pela ABEPSS em seus encontros e oficinas foram levados em consideração para a realização do Projeto. Dentre eles, destacamos: o reforço da docência como parte do exercício da profissão, a necessidade de reforçar a compreensão do projeto de formação do serviço social, a estratégia de ampliação da interlocução das UFA com os CRESS (fortalecimento das comissões de formação e fórum de supervisores de estágio nos estados) e a possibilidade de reiniciar um novo mapeamento da implantação das DC e seus desafios frente ao contexto atual.

Desse modo, o objetivo geral dessa fase, considerada como “piloto”, a ser desenvolvida no decorrer da gestão 2011-2012, teve como horizonte:

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das DC como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (reforço dos eixos: Fundamentos,

Trabalho, Questão Social, Ética, Pesquisa e Ensino da prática) (ABEPSS, 2012, p. 15).

O detalhamento do Projeto pode ser conferido nos originais disponíveis no sítio da ABEPSS e como documento da Entidade publicado nesta edição da Revista Temporalis 25. Cabe aqui apenas destacar ao leitor, que essa proposta inicial foi ancorada na metodologia de formação para potenciais multiplicadores, no formato de curso de atualização, coordenado pelos regionais da ABEPSS em articulação com os CRESS e UFA, com carga horária de 70 horas, levando em consideração os limites da estrutura e dos recursos disponíveis para o Projeto. Previu-se a realização de turmas em todos os regionais, podendo atingir até 800 profissionais (preferencialmente docentes, seguidos de supervisores de estágio, CRESS e discentes de mestrado e doutorado) distribuídos em conformidade com o número de UFA presenciais em funcionamento.

A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO NOS REGIONAIS

O projeto Abepss Itinerante foi implementado no decorrer do ano de 2012, como ação prioritária da gestão, após apresentação e discussão na Oficina Nacional de Graduação, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2012, contando com a contribuição das reflexões das professoras Marilda Iamamoto (UERJ) e Rosângela Batistone (UFJF) sobre a atualidade das Diretrizes Curriculares e a sua lógica no projeto de formação profissional. Na ocasião, os debates foram intensos, de concordância e pertinência quanto ao tema, mas com preocupações em torno da viabilidade e formato do projeto.

Contando com a contribuição valorosa e militante de aproximadamente 65 professores de Universidades, com estudos nas áreas atinentes às Diretrizes Curriculares, e com o empenho de toda a direção nacional e regionais da ABEPSS, aqui com reconhecimento do papel dos companheiros/os que coordenaram o curso, foram organizadas 14 turmas, contemplando 13 estados da federação em 2012.

Considerando os objetivos do Projeto, o curso foi estruturado em 07 módulos, com uma média de 08 horas/aula, com dinâmicas e debates voltados a resgatar os elementos das Diretrizes Curriculares e propiciar a reflexão e a construção de estratégias para a sua implantação efetiva nos cursos envolvidos. Os módulos seguiram a partir da seguinte organização:

Módulo I: Transformações societárias e o projeto de formação profissional do serviço social: desafios para a implantação das diretrizes curriculares. Teve como ementa: a formação profissional no contexto da crise capitalista e das transformações societárias contemporâneas; as particularidades dessas transformações em países capitalistas dependentes; as novas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil em tempos neoliberais e as reconfigurações nas políticas sociais, particularmente na educação superior; o Projeto de Formação Profissional da ABEPSS: lógica, princípios, metas, diretrizes, eixos estruturantes e o ensino teórico-prático no Serviço Social.

Módulo II: O método crítico dialético e os fundamentos teórico-metodológicos do SS na formação profissional. Esse módulo buscou contemplar: a explicitação dos fundamentos na perspectiva ontológica do ser social e sua relação com o projeto de formação profissional; discussão das categorias da Teoria Social Marxiana (Trabalho, Totalidade, História, Mediação, Contradição e Revolução); reflexão sobre a Crítica da Economia Política (Lei Geral da Acumulação Capitalista, mais-valia, mercadoria, produção e reprodução social) e sua relação com as outras matérias. Problematização das tendências tradicionalistas, conservadoras e (neo)conservadoras que influenciam as concepções de Serviço Social. Explicitação das mediações da ordem burguesa para a intervenção profissional e como isso atravessa a formação profissional.

Módulo III: Trabalho e Questão Social na formação profissional. Teve como ementa: a abordagem do trabalho e da Questão Social nas diretrizes curriculares; Questão Social, Estado e Políticas Sociais: os desafios para a formação e intervenção do Serviço Social.

Módulo IV: A ética profissional na formação profissional, abordando os Fundamentos ontológicos e sociais da ética. Vida cotidiana: valores, conservadorismo e perspectivas emancipatórias. Ética profissional e projeto ético-político do Serviço Social. Limite e desafios da efetivação dos direitos na sociedade capitalista.

Módulo V: Pesquisa na formação profissional, que tratou a dimensão investigativa como elemento constitutivo do trabalho profissional: perfil do egresso, requisições profissionais e projeto ético-político; a pesquisa nas Diretrizes Curriculares/ABEPSS e o projeto de formação profissional; a pesquisa e a produção de conhecimentos no Serviço Social e a implementação das Diretrizes Curriculares; Pesquisa, método e metodologia; Ética na Pesquisa; o lugar da pesquisa nos projetos pedagógicos.

Módulo VI: O estágio supervisionado em serviço social, com a ementa: a centralidade do estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares (1996) do Serviço Social; a dimensão acadêmica, política e pedagógica dos instrumentos normativos e documentos que orientam o estágio supervisionado (Resolução 533/CFESS e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS); o processo de Supervisão de Estágio; desafios e estratégias da articulação entre formação e exercício profissional.

E, finalmente, o Módulo VII, que propôs aos participantes uma síntese avaliativa dos conteúdos de cada módulo, problematizando os desafios colocados ao processo de implementação das DC nas UFA, de acordo com o contexto social e a realidade das regiões.

APONTAMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO PROJETO: UMA EXPERIÊNCIA A SER APERFEIÇOADA

Cabe destacar que essa breve avaliação é resultado da sistematização das informações obtidas nos relatórios dos regionais acerca do Projeto. Possuem uma riqueza de detalhes e diversidade no formato e integram um quadro mais amplo do que os elementos aqui destacados. Delineia-se, aqui, as linhas gerais para o aperfeiçoamento da iniciativa da ABEPSS Itinerante. Soma-se a essa sistematização, o debate no Colóquio de Graduação, no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS),

realizado em novembro de 2012 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bem como as percepções e sínteses construídas e desconstruídas no decorrer da vivência em todas as etapas do processo, no acompanhamento nos regionais, bem como com a vivência como docente de dois módulos em 04 regionais. Portanto, não se trata de uma análise isenta, nem tampouco seria esse nosso objetivo, uma vez que a defesa do projeto de formação do serviço social transcende a ação voluntariosa dos sujeitos individuais e coloca-nos a todos o compromisso com uma formação emancipatória. Parafraseando Marx, formação no mundo real, repleto de contradições, que formam as pessoas reais para fazer a história (mas, não da forma que desejamos). Daí os limites e acertos podem ser vistos como mais um passo na caminhada.

Decerto, é possível afirmar que a experiência coletiva da *Abepss Itinerante* mostrou-se vigorosa como elemento aglutinador de esforços em torno do fortalecimento do projeto de formação profissional. Por isso, o ponto central da avaliação foi unânime nas turmas, nos regionais, entre os professores e no Colóquio de Graduação, ao se defender a continuidade do Projeto e seu aperfeiçoamento no rol de prioridades da ABEPSS.

Como experiência “piloto”, notou-se uma mobilização fundamental dos regionais da ABEPSS na militância da entidade, com a preocupação em alcançar as suas bases por meio da aproximação e centralidade das DC, nesse contexto adverso de crise do capital e contrarreforma do ensino superior. Esse vigor foi considerado como continuidade de processos anteriores como a implementação da PNE e as demandas apontadas na pesquisa avaliativa concluída em 2008.

Tais elementos se confirmaram nas avaliações. Embora as dificuldades apresentadas em cada eixo do currículo tenham persistido, e em alguns casos, se aprofundado; as DC da ABEPSS prevalecem como referencial principal para a categoria que atua na formação profissional⁴. É necessário, portanto, o esclarecimento, a troca de experiências coletivas e discussão de conteúdos em

4 Sobre a avaliação dos conteúdos dos módulos e dos eixos estruturantes do currículo, a avaliação mais apurada será em parte objeto da publicação da *Temporalis* 25.

espaços como o do Projeto, para os avanços possíveis no interior das UFA.

Uma observação pertinente é que cerca de 65% dos docentes e profissionais apresentaram a titulação de mestres, 12% doutores e os demais com graduação. A forte presença das UFA privadas e de cursos novos das escolas públicas confirmam a demanda da discussão das DC nos cursos recém-criados. Em contrapartida, na maior parte dos regionais, as principais UFA públicas e privadas, infelizmente, não se fizeram presentes por meio de seus docentes e coordenadores, o que poderia potencializar a troca positiva de experiências e atualizar um mapeamento mais geral da implantação das DC, seus avanços e desafios (muitos professores atuaram como facilitadores). Ainda assim, o projeto alcançou profissionais de aproximadamente 90⁵ UFA.

O quadro a seguir demonstra a distribuição das turmas por segmento:

Tabela 3 – Distribuição das turmas conforme segmento dos participantes

Insc.	Concluintes	Docentes	Sup. de campo	Cress	Discente de pós	Discente de graduação	Total
Sul I – 17 UFAs							
65	62	27	16	6	13		62
SUL II – 28 Ufas, CRESS/seccionais, ABEPSS e 07 campos							
-	-	41	17	9	3	-	70
Centro-oeste 06 UFAs							
40	45	32	10	3	5	*03	53
LESTE – 29 Ufas, CRESS/seccionais e 16 campos							
-	-	76	24	11	14	-	125
NORTE – Aprox. 10 UFAs							
-	-	21	07*	07*	7	-	42
Nordeste							
-	-	56				-	56
TOTAIS		253	74	36	42	3	408
UFAs: 90*							

Fonte: Coordenação Nacional de Graduação da ABEPSS (2011-2012)

⁵ Não contabilizadas as UFA presentes na região Nordeste até o momento de elaboração do artigo.

Quanto à abrangência do projeto, diante da escassez de recursos e estrutura da ABEPSS, as turmas se concentraram em capitais ou cidades visando o deslocamento mais viável. Nas regiões Norte e Nordeste, por terem um maior número de estados no regional, o acesso e a distribuição foram mais comprometidos do que nos demais regionais. Esses fatores certamente influenciaram no quantitativo de participantes, aquém do esperado. Entretanto, após as oficinas houve uma crescente procura por novas turmas.

O público principal inscrito foi formado por docentes, confirmando o interesse inicial do projeto para esse segmento. Mas, em alguns regionais, o preenchimento das vagas só ocorreu mediante a abertura de um maior contingente para supervisores e alunos da pós-graduação. Esse diálogo precisa ser ampliado junto aos docentes e coordenadores de curso para que os objetivos do projeto sejam melhor potencializados.

Outra observação apresentada pelos participantes diz respeito à carga horária concentrada do curso. Na maior parte das turmas, optou-se pela realização do mesmo durante uma semana, justamente para garantir a otimização de custos dos deslocamentos dos participantes e das equipes de coordenação (lembrando que, na maioria dos casos, os próprios profissionais custearam as despesas com o curso, não tendo apoio das UFA para a atividade). Indicou-se ainda, a revisão na confecção do material bibliográfico que carece de complementos, bem como a reorganização do processo avaliativo, contemplando, principalmente, as demandas e realidade dos supervisores de campos de estágio, que não tem pleno acesso às informações dos cursos.

Como ganhos políticos do processo, indicou-se a reafirmação da direção social do projeto de formação na direção do Projeto Ético-político frente ao avanço do neoconservadorismo e do pensamento pós-moderno nos conteúdos de disciplinas, acompanhados da predominância dos interesses do mercado em prover conhecimentos operacionais descolados do rigor teórico-crítico.

Ainda nesse saldo, evidenciou-se o trabalho da ABEPSS junto às suas bases (UFA), agregando e potencializando as ações

entre as Entidades, por meio da interlocução com o Conjunto CFESS/CRESS no âmbito regional e nacional, frente á precarização do Trabalho e da Formação. A iniciativa serviu como ação concreta nesse enfrentamento, como formação continuada e fortalecimento de experiências organizativas das bases, a exemplo, o Fórum de Supervisão de estágio.

Espaço coletivo de pensar estratégias de qualificação da formação, além da possibilidade do “encontro” entre sujeitos que no cotidiano não conseguem estabelecer um processo de troca e de reflexão crítica. Ou seja, uma dimensão subjetiva que também se perde em meio à burocratização dos espaços onde deveriam prevalecer relações pedagógicas de crescimento e fortalecimento dos sujeitos coletivos. Tomo aqui as palavras do relatório da região Centro-Oeste que sintetiza esse momento de sistematização dessa rica experiência militante da ABEPSS.

Por fim queremos reforçar a ousadia do Projeto e a potencialidade articulativa na base para garantir de maneira inovadora o compromisso militante no constante desafio da profissão de estar renovando e ampliando os espaços de debates e construções coletivas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

_____. Revista Temporalis 14. **Diretrizes Curriculares do curso de serviço social**: sobre o processo de implementação. Brasília: ABEPSS, 2007.

_____. **ABEPSS Itinerante**: as diretrizes curriculares e o projeto de formação. Brochura para o curso de atualização. Brasília: ABEPSS, 2012.

ABEPSS regional Centro-Oeste. **Relatório do Projeto ABEPSS Itinerante**. Brasília, Out. 2012. Mimeo.

BEHRING, Elaine R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In SALVADOR, Evilásio et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine R. et. al. **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In MOTA, Ana Elisabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, p. 637-671, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V.; CAVALHO, Raul. **As relações sociais e o Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elisabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social. In MOTA, Ana Elisabete et al. **Serviço Social e Saúde**. São Paulo: OPAS; OMS; MS; Cortez, 2007.

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney L. T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2012. (Coletânea Nova de Serviço Social).

SANTOS, Claudia Mônica. **Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen; Juri, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica; ABREU, M^a Helena Elpidio. Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional frente à Universidade neoliberal. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, n. 27, 2011.